



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**TACIMIRA FERREIRA CARDOSO**

**SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA FÍSICA:** um olhar reflexivo sobre a sexualidade da  
pessoa com deficiência física

**ABAETETUBA  
2019**

TACIMIRA FERREIRA CARDOSO

**SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA FÍSICA:** um olhar reflexivo sobre a sexualidade da  
pessoa com deficiência física

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Educação e Ciências Sociais do Campus Universitário de Abaetetuba, como exigência para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Vilma Nonato de Brício

**ABAETETUBA**  
**2019**

TACIMIRA FERREIRA CARDOSO

**SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA FÍSICA:** um olhar reflexivo sobre a sexualidade da  
pessoa com deficiência física

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Educação e Ciências Sociais do Campus Universitário de Abaetetuba, como exigência para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Vilma Nonato de Brício

**Banca Avaliadora:**

---

Profa. Dra. Vilma Nonato de Brício – Orientadora

---

Profa. Dra. Sandra Karina Barbosa Mendes – Examinadora Interna

---

Profa. Mestranda Isabel Cristina Baia da Silva – Examinadora Externa

**ABAETETUBA**  
**2019**

Ao meu filho Taciél José a quem devo toda  
dedicação e determinação para conclusão desta  
etapa de minha vida e à minha avó Irene Baia  
*In memorian.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por guiar meu caminho, pela proteção e por me proporcionar a oportunidade de concluir o tão sonhado curso de graduação.

Agradeço aos meus Pais Taciél e Aldemira por sempre apoiarem minhas decisões, por acreditarem no meu potencial e por nunca me deixarem desistir dos meus sonhos e objetivos.

Agradeço aos meus irmãos Tacielson e Tanaelson e a minha irmã Tacirene, por muitas das vezes, deixarem seus afazeres para serem meus motoristas particulares durante toda a caminhada de curso e por cuidarem do meu filho nas tardes em que eu me ausentava para estudar.

Agradeço à família da minha mãe Aldemira, em especial a minha Madrinha Professora Alzira, por estarem presentes em todos os momentos mais importantes da minha vida me apoiando, me incentivando e sempre torcendo pelo meu sucesso.

Agradeço aos meus colegas da turma de Pedagogia 2015 vespertino, por me acolherem e por fazerem de tudo para que eu me sentisse incluída e à vontade em todos os eventos acadêmicos da universidade e principalmente em sala de aula.

Agradeço à Andréa Pacheco por me incentivar a fazer um curso superior depois de sete anos sem tentar o vestibular.

Quero agradecer a minha amiga irmã de coração Lilly Barreto por ser minha base emocional desde que nos conhecemos e também por me incentivar a chegar ao final dessa trajetória com garra e determinação.

Agradeço às pessoas que disseram para eu desistir do curso porque eu estava grávida e não iria dar conta de estudar, ser pessoa com deficiência física, mãe solo e cuidar de um recém-nascido. Essas pessoas foram umas das maiores incentivadoras para que eu continuasse e chegasse ao fim do curso para aqui nos agradecimentos do meu TCC lembrar delas como incentivo para a superação dos obstáculos.

Agradeço à uma das médicas da junta médica que me avaliou para adentrar ao curso pela cota PcD, por duvidar do meu potencial, pois suas palavras que me diminuíram como pessoa com deficiência e mãe, vinham à minha memória a cada momento difícil desses quatro anos e meio que vivenciei na Universidade Federal do Pará e não me deixaram desistir quando pensei em abandonar tudo.

Agradeço à minha orientadora professora e amiga Dr<sup>a</sup> Vilma Brício, por sempre me incentivar a escrever mais e melhor, por acreditar no meu potencial, pela paciência, compreensão e pelo apoio.

E por último e mais importante, agradeço ao meu amado filho Taciél José que me fez perceber o quanto Deus é maravilhoso em seus planos. Foi por causa desse ser admirável que é o meu filho que escolhi o curso de pedagogia vespertino 2015 do campus UFPA de Abaetetuba-Pará e no ano de 2019 estou concluindo com muito orgulho.

A limitação da pessoa com deficiência física está no preconceito de quem a julga incapaz de amar e ser amada.

Tacimira Cardoso

## RESUMO

A presente pesquisa intitulada “Sexualidade e Deficiência Física: Um olhar reflexivo sobre a sexualidade da pessoa com deficiência física” teve o intuito de compreender como a sexualidade da pessoa com deficiência física é vista por ela mesma e pela sociedade? Levando em consideração que a sexualidade faz parte da vida de qualquer ser humano, sendo ele/a pessoa com deficiência ou não, a pesquisa busca analisar especificamente as seguintes questões: Que concepções e construções foram produzidas pela pessoa com deficiência física acerca da sexualidade? O que causa o desconforto em debater sobre a sexualidade da/com pessoa com deficiência física? A pesquisa foi desenvolvida a partir de abordagem qualitativa e com o uso de entrevistas como instrumento para coleta de dados e o levantamento bibliográfico a partir de autores como: Foucault (1988), Maia (2011) e (2006), Silva (1987), Paula, Regen e Lopez (2011), Aranha (2003) entre outros. Os principais resultados da pesquisa apontam que há uma grande dificuldade da pessoa com deficiência física de conceber a sexualidade como sendo algo intrínseco a qualquer ser humano. Essa visão sobre a sua sexualidade está ligada a discriminação que essas pessoas sofrem, o que faz com que elas não desenvolvam a autoconfiança e a valorização de seu corpo, isto gera um obstáculo psicossocial que por consequência as impedem de serem inseridas em um meio social dificultando assim, o exercício da sua vida sexual. Falar sobre sexualidade com os filhos (as), para uma parcela significativa dos pais é desconfortável, esse desconforto é ainda maior quando se trata de pais de pessoas com deficiência. Visto que, a ideia de assexualidade atrelada à pessoa com deficiência ainda está muito presente no ambiente familiar. Para contemplar a educação para a sexualidade de forma adequada é necessário que os pais, professores e a própria pessoa com deficiência física tenham uma ampla noção de sexualidade para então, abandonar o preconceito e a discriminação direcionados às pessoas com deficiência, pois os impulsos sexuais de prazer, desejo e erotismo decorrente da sexualidade merecem ser conhecidos e vivenciados, independente das limitações existentes com relação ao corpo material. O Curso de Pedagogia, deveria disponibilizar uma formação dentro do campo da educação especial, sobre a educação para sexualidade aos professores, visto que, os mesmos ainda sentem dificuldades de tratar da sexualidade com/das pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Sexualidade. Deficiência Física. Educação.

## **ABSTRACT**

The present research entitled "Sexuality and Physical Deficiency: A reflective look at the sexuality of the person with physical deficiency" was intended to understand how the sexuality of the person with physical deficiency is seen by the society itself? Taking into account that sexuality is part of the life of any human being, being the person with or without the disability, the research seeks to analyze specifically the following questions: What conceptions and constructions were produced by the person with physical deficiency about sexuality? What causes the discomfort in discussing the sexuality of the person with physical disability? From a qualitative research with an instrument the collection of data by interviews and bibliographical collections from authors such as: Foucault (1988), Maia (2011) and (2006), Silva (1987), Paula, Regen e Lopez (2011), Aranha (2003) among others. The great difficulty of the physically deficient person to conceive sexuality as being something natural and intrinsic to any human being is linked to the discrimination that these people suffer and that causes them to not develop self-confidence and appreciation of their body, this generates a psychosocial obstacle that consequently prevents them from being inserted in a social environment thus delaying the exercise of sex life. Talking about sexuality with children, for a significant portion of parents is uncomfortable, this discomfort is even greater when it comes to parents of people with disabilities. Whereas, the idea of asexuality linked to people with disabilities is still very much present in the family environment. In order to adequately contemplate sexuality education, it is necessary for parents, teachers and the disabled person himself to have a broad notion of sexuality to abandon prejudice and discrimination directed at people with disabilities, since the sexual impulses of pleasure, desire and eroticism due to sexuality deserve to be known and preserved, regardless of the limitations existing with respect to the material body. It would also be interesting to provide a training in the field of special education, specifically in the area of pedagogy, on education for sexuality to teachers, since they still have difficulties dealing with sexuality with people with.

**Keywords:** Sexuality. Physical Deficiency. Education.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: CONCEPÇÕES PRODUZIDAS HISTORICAMENTE ACERCA DA SEXUALIDADE .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Conceito de deficiência e deficiência física .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 Concepções acerca da pessoa com deficiência física.....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 O corpo como obstáculo para o exercício da sexualidade.....</b>	<b>18</b>
<b>2.4 A sexualidade da pessoa com deficiência física.....</b>	<b>22</b>
<b>3 A RELEVÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA: UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA .....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 Contextualização da educação sexual .....</b>	<b>27</b>
<b>3.2 Educação sexual e deficiência física .....</b>	<b>29</b>
<b>3.3 A necessidade de uma educação para a sexualidade .....</b>	<b>32</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICE 1 - Questionário.....</b>	<b>40</b>
<b>TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>41</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O tema proposto foi escolhido com o intuito de compreender como a sexualidade da pessoa com deficiência física é vista por ela mesma e pela sociedade? Visto que, esta é uma questão que pouco se discute no cotidiano social e escolar, uma vez que, as pessoas com deficiência física ainda são entendidas como pessoas frágeis, infantis e desprovidas de sexualidade.

Levando em consideração que a sexualidade faz parte da vida de qualquer ser humano, sendo ele/a pessoa com deficiência ou não, a pesquisa busca analisar especificamente as seguintes questões: Que concepções e construções foram produzidas pela pessoa com deficiência física acerca da sexualidade? O que causa o desconforto em debater sobre a sexualidade da/com pessoa com deficiência física?

A sexualidade da pessoa com deficiência ainda é entendida de forma equivocada pela sociedade, pois a pessoa com deficiência não é vista como alguém que possui desejos sexuais e sensualidade para relacionar-se amorosa e afetivamente com alguém.

Esse é um problema marcado pela história da pessoa com deficiência, por conta do preconceito e da discriminação que essas pessoas vêm sofrendo ao longo dos anos devido a falsa crença de que elas eram castigo de Deus e por isso deveriam ser, em muitas ocasiões da história, sacrificadas.

Atualmente, as pessoas com deficiência vêm ganhando destaque em pesquisas por conta das lutas por seus direitos e sua autonomia, provocando inúmeras discussões e reflexões sobre várias questões relacionadas à sexualidade, pois a luta para se desconstruir a concepção de que a pessoa com deficiência física é frágil e assexuada ainda é constante, uma vez que, grande parte da sociedade inclusive a própria pessoa com deficiência ainda crer que é difícil falar sobre sexo e sexualidade, já que para muitos a deficiência é sinônimo de fragilidade e a pessoa com deficiência deve ser privada de determinados assuntos que podem machucá-las.

Essa concepção se dá porque historicamente a sexualidade da pessoa com deficiência física é tomada pela sociedade de forma bastante complexa, as pessoas de modo geral ainda as tratam como crianças e não lhes apresentam as mesmas orientações que são proporcionadas às pessoas sem deficiência e, por consequência, às privam de entender uma série de desejos e transformações que seu corpo pode sentir. Isso implica em variados problemas que vão desde a não aceitação do corpo “fora do padrão” definido pela sociedade que a pessoa com deficiência possui, até suas relações psicossociais.

A pessoa com deficiência física não é tão frágil como as pessoas pensam, por isso pretendo discorrer ao longo deste estudo a relevância de se compreender de modo geral a sexualidade da pessoa com deficiência física, para que de alguma forma se tenha um olhar mais reflexivo e crítico com relação a esta questão que é pouco discutida, repleta de preconceitos, de dúvidas e curiosidades.

A metodologia de pesquisa utilizada foi de cunho qualitativo, a qual trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes (MINAYO, 2009, p. 21) e como instrumento a coleta de dados utilizei entrevista estruturada, que segundo Lüdke e André (1986, p. 34), a grande vantagem dessa técnica em relação às outras “é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. Para a realização das entrevistas mapeei as pessoas com deficiência física em Abaetetuba para entrar em contato direto ou por meio de outras pessoas, para que pudessem me conceder entrevistas.

Como falar de sexualidade da pessoa com deficiência física é muito difícil, das 03 mulheres de Abaetetuba com quem mantive contato para serem entrevistadas, nenhuma aceitou o convite. Lembrei de uma moça de Belém que eu tinha em minhas redes sociais e entrei em contato com ela, que aceitou o convite depois de muita insistência, mantivemos contato via email e whatsapp o que não inviabilizou a pesquisa, pois eu também me incluo entre as mulheres com deficiência física e mesmo que não seja um trabalho autobiográfico, apareço na pesquisa, pois vivenciei as experiências relacionadas ao tema em debate aqui. Maria<sup>1</sup> (entrevistada) tem 44 anos, nascida em São Francisco do Pará, atualmente mora em Belém, adquiriu poliomielite como 1 ano e 6 e usa cadeira de rodas. Só essa situação já é um dado de pesquisa, pois para mulheres em geral, falar sobre sexualidade ainda é um tabu, para mulheres com deficiência é mais difícil ainda. Para o embasamento teórico utilizei acervos bibliográficos a partir de autores como: Foucault (1988), Maia (2011) e (2006), Silva (1987), Paula, Regen e Lopez (2011), Aranha (2003) entres outros.

Este estudo tem relevância em múltiplos aspectos. Na dimensão social, este estudo é relevante porque nota-se que além da sociedade ver as pessoas com deficiência como seres incapazes de se relacionar com alguém, também confundem sexualidade com sexo, o que gera o olhar preconceituoso e discriminatório da sociedade para a pessoa com deficiência física, que por consequência reflete na negação do corpo e da sexualidade da pessoa com deficiência física causando nela a insegurança e o bloqueio social.

---

<sup>1</sup> Maria nome fictício atribuído à entrevistada para preservar sua identidade.

No âmbito acadêmico, enfatizo a relevância da pesquisa em questão, por entender que na universidade acontece a primeira formação de educadores para proporcionar uma discussão adequada nas escolas sobre o tema abordado neste trabalho. Além de proporcionar conhecimento acerca da sexualidade da pessoa com deficiência física a quem eventualmente venha a ter acesso a esta pesquisa e, assim, contribuir para a desmitificação de que as pessoas com deficiência sejam assexuadas.

“Muitas pessoas, com diferentes deficiências ou não-deficientes, crescem desprovidas de informações sobre sexo, mergulhadas em um processo de educação sexual deficitário e inadequado e carentes de experiências erótico-afetivas na infância e na adolescência” (MAIA, 2006, p. 34). A partir dessa informação é que justifico a relevância pessoal por tal estudo, visto que também faço parte do grupo de pessoas na sociedade brasileira que possui uma deficiência física. O lugar que ocupo me permite falar e olhar de perto sobre tais questões, em razão de ter vivenciado várias situações constrangedoras de preconceito e discriminação. Além de não ter desfrutado de uma educação sexual apropriada em minha adolescência, pois nem meus pais nem meus amigos e professores sentiam-se à vontade para tratar de um assunto que para eles era tão dificultoso abordar com uma pessoa que em suas concepções jamais teria a oportunidade de desfrutar de uma vida sexual ativa.

Este fato, gera um bloqueio emocional com relação a imagem corporal da pessoa com deficiência física que está diretamente ligada às dificuldades de socialização e de construção de uma identidade social, por conta da insegurança que essa pessoa constrói ao longo de sua vida, o medo de não ser aceita e a falsa crença de que jamais poderá manter um relacionamento sem sentimento de pena ou interesses materiais.

A pessoa com deficiência física, assim como, qualquer pessoa sem deficiência e ao contrário do que a sociedade imagina e acredita, sente desejos e prazer e pode sim, relacionar-se tranquilamente com outra pessoa, mesmo podendo apresentar possíveis limitações durante o ato sexual que complica o desenvolvimento da sua sexualidade, porém não a impede de ter uma vida sexual normal.

O problema maior do desenvolvimento da sexualidade é de origem psicossocial, visto que em determinados momentos os aspectos limitadores estão nas barreiras criadas psicologicamente pela pessoa com deficiência, que derivam da deficiência física, como por exemplo, a insatisfação com o corpo “imperfeito”, a insegurança e a baixa autoestima. Segundo afirma Maia (2006, p. 213), “Uma identidade corporal adequada passa pela autoaceitação do deficiente de modo que, apesar da deficiência, ele não se prive de

relacionamentos afetivos, sexuais, de prazer, do conhecimento das necessidades de dar e receber amor, desejo, erotismo etc.”.

Tal afirmação nos faz refletir sobre a relevância de proporcionar uma educação para a sexualidade aos alunos, além de uma formação continuada de qualidade para os professores de modo a esclarecer concepções de sexualidade e deficiência, e a partir desse ponto de vista esclarecer que deficiência não é sinônimo de assexualidade.

Este estudo está dividido em duas seções. A primeira apresenta os conceitos de deficiência, discuto as concepções criadas historicamente acerca da pessoa com deficiência, a influência do corpo como obstáculo para o exercício da sexualidade e a contextualização da sexualidade da pessoa com deficiência física.

A segunda seção trata da relevância de abordar na escola além da educação sexual uma educação para a sexualidade, visto que, esta última por ser um tema transversal de caráter emancipatório e contemporâneo que discute de modo mais amplo as questões relativas ao corpo, à sexualidade e ao contexto sócio-histórico-cultural em que a pessoa com deficiência física está inserida.

## **2. A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: CONCEPÇÕES PRODUZIDAS HISTORICAMENTE ACERCA DA SEXUALIDADE**

Esta seção apresenta os conceitos de deficiência, discute as concepções criadas historicamente acerca da pessoa com deficiência, a influência do corpo como obstáculo para o exercício da sexualidade e a contextualização da sexualidade da pessoa com deficiência física.

### **2.1. Conceito de deficiência e deficiência física**

Para discutir a sexualidade da pessoa com deficiência física é indispensável inicialmente entender o conceito de deficiência, que segundo (MAIA, 2006, p. 13 - 18),

[...] refere-se a uma série de condições gerais que limitam biológica, psicológica ou socialmente a vida de uma pessoa ao longo de seu desenvolvimento. [...] No século XVII, a deficiência era compreendida como “infortúnio natural” e seus “portadores” eram tratados em instituições fechadas.

A Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 09/12/1975, refere o termo pessoa com deficiência a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

O Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 da Legislação Brasileira (p. 1), define deficiência e deficiência física como:

Art. 3º. Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desenvolvimento de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Art. 4º. Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou em 2011 (p. 4), o Relatório Mundial sobre a deficiência, o qual conceitua a deficiência como “complexa, dinâmica, multidimensional e questionada”.

Dessa forma, pode-se afirmar que a deficiência física não pode ser atrelada somente a um corpo que apresenta “anormalidades”, pois seu conceito é muito mais amplo e envolve

dimensões sociais e culturais marcadas pelo preconceito histórico que as pessoas com deficiência sofrem ao longo do tempo. Nas palavras de Aranha (2003, p. 10);

A compreensão sobre deficiência física, em geral. Bem como a compreensão sobre as pessoas portadoras de deficiência, tem se modificado muito no decorrer da história, num processo contínuo de mudanças dos valores e dos consequentes paradigmas que permeiam e caracterizam a relação das sociedades.

Nesse sentido, entende-se que a deficiência física, mesmo que se revele no corpo, é um conceito em evolução resultante da interação social entre pessoas com deficiência e as barreiras impostas pela sociedade que julga socialmente inferior e incapaz, o ser humano que apresenta algum tipo de deficiência física tanto adquirida<sup>2</sup> quanto congênita<sup>3</sup>.

Paula (1993, p. 15 - 22), compreende que;

Situar a deficiência como um fenômeno sócio-político-histórico parece ser uma forma de romper com esta ideia [SIC] de que, nada mais nada menos, é o prolongamento sutil, em termos de teóricos, da visão da deficiência como condição limitante do indivíduo. [...] Continuando neste pensamento, a deficiência é considerada, na maioria das vezes, como uma anomalia anátomo-funcional, à qual, posteriormente, são acrescentados sentimentos de aceitação ou rejeição dessa condição limitante do corpo biológico.

Socialmente a deficiência é vista como uma desvantagem em relação a sociedade dominante, pois quando se pensa em uma pessoa com deficiência física o que vem em mente é o sentimento de inferioridade e de incapacidade, supõe-se que a pessoa com deficiência sempre precisa de ajuda para fazer qualquer coisa. No entanto, deve-se levar em consideração o que Maia (2011) chama de “identidade deficiente”, pois cada um tem sua particularidade e vive em um contexto social econômico diferente.

“A deficiência é compreendida como uma desvantagem específica de um sujeito, que, em geral, se trata individualmente, mas não se pode perder de vista o fato de que a deficiência deve ser pensada como um acontecimento crítico no jogo das relações humanas” (MAIA, 2011, p. 49).

Desse modo, pode-se entender que essa desvantagem com relação a deficiência torna-se importante para aguçar a criticidade das pessoas com deficiência para então, a partir do pensamento crítico, essas pessoas possam buscar informações e conhecimentos que garantam o direito ao exercício da sexualidade e de uma cidadania plena e livre de preconceitos.

---

<sup>2</sup> Levando em consideração que qualquer pessoa ao longo de sua existência pode apresentar alguma modificação no corpo.

<sup>3</sup> A qual se refere à má formação do feto.

## 2.2. Concepções acerca da pessoa com deficiência física

A deficiência física não está somente atrelada a uma condição de “defeito individual”, está relacionada também com a identidade cultural, em um sentido de reconhecimento social e subjetivo, a identidade da pessoa com deficiência física perpassa por questões relacionadas ao corpo, à ideia de normal e não normal, à sexualidade e a educação proporcionada à pessoa com deficiência e a quem convive com ela.

Desde a Idade Antiga a pessoa com deficiência vem sendo discriminada por estar incluída no padrão de “‘anormalidades’ imposto pela sociedade onde os diferentes eram imediatamente considerados como seres inferiores e, portanto, deviam ser mortos, castigados, segregados ou, no mínimo, transformados em ‘pessoas normais’” (PAULA, REGEN, LOPEZ 2011, p. 25).

Em um mundo onde vigorava a valorização da normalidade, vários significados foram atribuídos às pessoas que apresentavam algum tipo de limitação, tanto congênita quanto adquirida, os quais nortearam práticas de ações cruéis contra as pessoas que se encaixavam no perfil de “anormalidade”, como o extermínio, o uso delas para a diversão da nobreza e para a prostituição, o abandono em locais sagrados ou às margens de rios para que famílias da plebe os acolhessem, pois, “desde épocas as mais remotas as deficiências e mesmo as deformidades de nascimento ou adquiridas por traumatismos e doenças já eram um verdadeiro flagelo da humanidade” (SILVA, 1987, p. 25).

Em Esparta, cidade-estado da Grécia Antiga, onde o militarismo foi marca principal e o corpo perfeito e sadio sinônimo de beleza física, as crianças eram levadas pelas famílias conhecidas como *homoioi*<sup>4</sup> para serem avaliadas por um Conselho de Espartanos, se a comissão avaliasse o bebê como forte e “normal” ele era devolvido para ser criado obrigatoriamente pela família até os sete anos de idade, após esse período o Estado tornava-se responsável pela criança para treiná-la e enviá-la para as frequentes batalhas.

Caso a criança apresentasse alguma deformidade ou não tivesse uma aparência considerada “bonita”, robusta e saudável era lançada em precipícios para encontrar a morte, “pois os espartanos tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como desde o nascimento não se mostrava bem construída para ser forte, sã e rija durante toda a vida” (PLUTARCO apud SILVA, 1987, p. 85-86).

---

<sup>4</sup> Famílias consideradas “iguais” que eram a nata de Esparta.

Em Roma as pessoas com deficiência não tinham direitos fundamentais garantidos por lei, um dos requisitos básicos para o reconhecimento de direitos era o que Silva (1987, p. 90) aponta como “monstruosidade”, ou seja, se a criança ao nascer apresentasse algum tipo de deformidade facial, mutilação de membro ou má formação dos membros, a lei previa a morte do bebê logo aos seus primeiros dias de vida. A criança ao nascer era exposta pelo pai a três vizinhos para certificar a mutilação ou anomalia presente no recém-nascido, uma vez certificado, cabia ao pai tirar a vida do filho considerado “monstruoso” (SILVA, 1987).

No Egito, estudos arqueológicos baseados em restos biológicos e evidências artísticas identificaram que as pessoas com deficiência supostamente não eram mortas ao nascer e nem sofriam segregação, porém, teriam que ser no mínimo “consertadas”, os egípcios davam uma atenção médica para essas pessoas, os doentes com males graves ou com deficiência física (artrite crônica, hidrocefalia, amputação, nanismo, entre outros) eram transportados para os templos, onde os sacerdotes mais jovens ou em formação atendiam gratuitamente as camadas menos favorecidas da população (SILVA, 1987, p. 36).

Contudo, pode-se considerar uma forma de discriminação qualquer tentativa de “normalizar” o que é estimado como “anormal”, mesmo com a justificativa de minimizar o preconceito gerado pelo sentido que se atribui ao “diferente”.

Na era cristã, a qual é marcada pelos seus princípios de amor ao próximo, apesar de considerar erroneamente a deficiência tanto adquirida quanto congênita segundo Silva (1987), como “castigo de Deus”, mostra uma mudança na maneira de ver as pessoas com deficiência física, vítimas de doenças crônicas ou doenças mentais, essas pessoas passam a ter respaldo social e hospitais destinados a tratá-las.

As pessoas com deficiência física começaram aos poucos a fazerem parte da sociedade, mesmo que para a diversão das grandes moradas e dos castelos dos nobres senhores feudais, tinham livre acesso a todos os ambientes, uma vez que a sociedade considerava a ideia de que elas “traziam sorte e afastavam os demônios – podendo algumas inclusive participar de todas as conversas e falar o que bem entendessem, pois, eram supostamente tolas, divertidas e inconsequentes” (SILVA, 1987, p. 157).

Com o surgimento do Renascimento que marca a fase do valor humano para a humanidade, emerge o processo de valorização das pessoas com deficiência que deixam de fazer parte de asilos e abrigos e começam a ser tratadas especificamente, mesmo que de forma isolada.

No século XX o avanço da medicina e de profissões voltadas sobretudo, para as pessoas com deficiência foram se fortificando, aumentando assim, a expectativa de vida dessas

peças. Silva (1987), ressalta a importância de profissões como a de Serviço Social a qual, assegurava o bem-estar das pessoas com deficiência.

Nesse período surgiam também, em vários países, com ênfase nos Estados Unidos da América do Norte, leis que reconheciam os direitos das crianças com deficiência, algumas destas leis referentes a tratamentos médicos e programas educacionais.

### **2.3. O corpo como obstáculo para o exercício da sexualidade**

O corpo é historicamente cultuado pelas sociedades e a significação atribuída a ele vem se modificando a cada período vivido pela humanidade, dentre os mais variados significados relacionados ao corpo. Paula, Regen e Lopez (2011, p. 93), destacam que “o corpo é o que possuímos de mais privado, todavia, simultaneamente, também é o que temos de mais público. Pelo corpo somos percebidos, aprovados ou reprovados”.

O corpo possui um sentido amplo com várias significações, não se limita somente à condição biológica, todavia, perpassa por questões sociais, culturais, históricas e individuais. Tentar compreender os discursos e as representações atribuídas aos corpos e, particularmente ao corpo da pessoa com deficiência física, não é uma tarefa fácil, visto que, o corpo é um misto de experiências físicas e psicológicas.

Assim, Goellner (2003, p. 29) expressa que

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as imagens que dele se produz[em], as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos [...] enfim, é um sem limites de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas.

A pessoa com deficiência física passa distante das sensações ocasionadas pela sexualidade, pois o seu corpo é considerado “doente” e “frágil” e, durante a maior parte da vida, é alvo de intervenções médicas através de cirurgias, fisioterapias, além de outros tratamentos para correção do que precisa ser “consertado”.

O corpo perfeito é a representação de normalidade imposta pela sociedade como padrão social e cultural. Sendo assim, qualquer alteração notável de sua aparência implica em olhares de compaixão e, em seguida, de questionamentos inevitáveis sobre a sexualidade da pessoa com deficiência.

Dessa forma, o corpo se torna uma mistura de discursos nas relações de poder-saber, pois a ele é atrelado um padrão de beleza de acordo com a cultura que ele está inserido. Nesse

sentido, a pessoa com deficiência física sofre com a discriminação porque seu corpo é o oposto da normalidade que a sociedade impõe.

Quando uma pessoa com deficiência, diz que mantém relações sexuais, em geral, podemos reagir com desconfiança ou pena. Primeiro, por duvidar que alguém possa sentir atração por ela: é mais provável que esteja se aproveitando ou obtendo alguma vantagem. Segundo, por supor que ela esteja fantasiando ou mentindo. Lamentamos, então, a impotência humana diante das fatalidades que atravessam nossas vidas! Como o novo sempre nos assusta, procuramos nos vincular ao já conhecido. E, assim, buscamos refúgio nas imagens que a sociedade, geralmente, nos apresenta tanto da sexualidade (**sexy** é quem exibe um corpo perfeito e simétrico, segundo os padrões de beleza e estética da mídia); quanto das pessoas com deficiência (alguém que erroneamente supomos ser ‘imperfeito’, ‘incapaz’, ‘frágil’, e que não pode fazer parte da sociedade dita ‘normal’). O resultado é um misto de muita alienação, desinformação e preconceito (CERTEZA, 2013, p. 01).

A esse respeito, questionada sobre como lida com a deficiência física, Maria comenta que:

Primeiro acho importante contar que houve um tempo que o meu céu caiu. Foi quando a adolescência me provocou a olhar para o meu corpo, na hora a minha coluna virou um drama com sua curvatura acentuada, até passei a prestar mais atenção nas dores causadas pela escoliose com S maiúsculo! Que só não doía mais, do que quando eu experimentava as roupas que não se ajustavam. Como se sentir bonita em um mundo tão padronizado? [...] (ENTREVISTADA).

O corpo da pessoa com deficiência física é um dos maiores e mais doloridos obstáculos para uma possível aproximação amorosa, pois, o medo da rejeição é muito frequente na vida da pessoa com deficiência física, visto que, em um primeiro momento de aproximação a pessoa sente interesse pela outra por conta da estética do corpo perfeito, a qual a pessoa com deficiência física segundo os padrões de beleza, não se aproxima. Em contrapartida, a aproximação entre pessoas com deficiência e sem deficiência, em um segundo momento que é a conversa, muita das vezes quebra essa visão de corpo perfeito como requisito central nas relações interpessoais, uma vez que, o corpo é um mero detalhe iminente outras qualidades que as pessoas com deficiência física possuem.

É de suma importância que a pessoa com deficiência física conheça, entenda e valorize seu corpo ainda na infância, para que não venha a ter problemas na adolescência, que é o período de mudanças físicas e hormonais relacionadas à puberdade. Todavia, essa autovalorização só acontece com a aproximação da maturidade. Assim, comenta Maria (entrevistada):

Mas o tempo passa e a maturidade nos traz valiosos aprendizados. Autoestima deixa de ser mera vaidade e se torna um exercício diário de autoamor. Assim, após tantas batalhas e vendo minha história se repetindo na vida de várias mulheres com (d)eficiência, pude compreender minha beleza e o porte de bailarina “tão sonhado” já pouco me dizia. A queda do céu – isso sim – é que foi a grande anunciação. Foi

ali que descobri a ilusão do perfeito. Entendi que o caminho seria para sempre duvidar das linhas de (im)perfeição que a vida me impunha. Fiz as pazes com meu corpo e foi então que a frase surgiu. Nessas curvas acentuadas descobri e venho descobrindo ainda, uma infinidade de possibilidades, meu céu caído talvez tenha sido a minha primeira transgressão: - Me permiti ser este mulherão! Nas minhas linhas tortas escrevo minha história com as cores do meu olhar. Padrões não me cabem, são quadrados demais. Preciso de espaço para SER, para rodar a minha cadeira... Preciso de liberdade para viver feliz comigo.

Quando se trata da imagem de corpo perfeito que temos em mente e que é desconstruída quando nos olhamos ao espelho ou quando experimentamos uma determinada roupa que não se adequa ao nosso corpo, acentuamos nossas imperfeições negativamente e acabamos odiando nosso corpo por ser “imperfeito”. Este fato acaba se engatando a outro problema que é a questão de acreditar que não somos atraentes o suficiente para nos relacionarmos com alguém, isso causa na pessoa com deficiência física frustração, sentimento de inferioridade, baixa autoestima, receio de tomar iniciativa na paquera por conta do medo da rejeição que na adolescência é muito frequente.

Assim como Maria (entrevistada), eu, que também sou pessoa com deficiência física sofri com a rejeição por conta do meu corpo e pela disputa relacionada a beleza existente em nossa sociedade. Me ver andando, ao me olhar no espelho ou mesmo em um vídeo era muito difícil para mim, pois, eu me sentia feia. Aos poucos e a partir de várias leituras, esse quadro foi se modificando e eu passei a valorizar meu corpo do mesmo modo que Maria e como outras mulheres na mesma condição que a minha.

Desse modo, o desenvolvimento da sexualidade, a qual é construída e expressada no corpo simbólico, embora suas sensações sejam sentidas no corpo material, se dá através do modo de como a pessoa com deficiência física se enxerga e como ela percebe que o outro a enxerga. Nessa ocasião Certeza (2013, p. 05) pensa que, “[...] é fundamental que a pessoa com deficiência possa reconhecer sua sexualidade desde a adolescência. É justamente em decorrência deste autoconhecimento que o outro passará a enxergá-la com este atributo e como uma possibilidade amorosa”.

Em determinados momentos, sobretudo, na adolescência, o “corpo deficiente” torna-se um grande obstáculo para que a pessoa com deficiência física tenha contato com a sexualidade, pois, o corpo da pessoa com deficiência física passa por longos períodos de intervenções médicas e fisioterápicas que não colaboram em nada para o desenvolvimento da sua sexualidade, pelo contrário, apontam o que há de errado e o que é preciso corrigir.

Essa atitude desconstrói toda a idealização do corpo simbólico e perfeito que a pessoa com deficiência física cria em mente com contribuição das imposições da mídia e que, conseqüentemente, afeta o psicológico dessa pessoa. Nesse sentido, a tendência é não se achar

atraente, duvidar que seja alvo do desejo do outro e supor ser incapaz de relacionar-se com outra pessoa.

Dentro do conceito amplo de sexualidade, a imagem corporal é sem dúvida um aspecto importante na construção da identidade pessoal, da identidade sexual, da autoestima e da capacidade de auto aceitação perante um grupo social. Por isso, para entender a relação entre sexualidade e deficiência física é preciso refletir sobre a imagem corporal (MAIA, 2006, p. 175).

O corpo perfeito e simétrico imposto pela sociedade como padrão de beleza contribui de forma significativa para a negação da sexualidade da pessoa com deficiência física, pois ao idealizar simbolicamente o corpo perfeito, ela acaba não conhecendo o próprio corpo.

Dessa forma, a pessoa com deficiência física constrói uma visão estreita do corpo “imperfeito”, pois “a forma peculiar que cada sujeito se constrói no mundo corresponde uma vivência específica da deficiência, do papel de homem e mulher, da sexualidade e de seu entrelaçamento a nível da experiência do corpo próprio” (PAULA, 1993, p. 43).

Um corpo com deficiência física visível muitas vezes causa receio, pena e medo da reprovação da sociedade com relação a uma possível aproximação de alguém com um suposto interesse em uma pessoa com deficiência, visto que, a estética do corpo é o primeiro requisito observado no momento de interação entre duas pessoas para uma possível relação interpessoal.

Silva (1986, p. 27) comenta que na Ilha de Bali na Indonésia os nativos eram, “[...] tradicionalmente impedidos de manter contatos amorosos com pessoas muito diferentes do normal, ou seja, albinos, retardadas, hansenianas, e em geral com pessoas portadoras de defeitos físicos sérios ou problemas mentais”.

Esta posição ainda é muito presente nos dias de hoje, pois a sociedade dominante insere um conceito de perfeição nos relacionamentos amorosos entre casais e ao próprio corpo, e a pessoa com deficiência física não se enquadra nesse contexto.

Esta injustiça social implica na geração de preconceito e discriminação, não só da parte de pessoas sem deficiência como também da própria pessoa com deficiência, com relação ao sexo, a sexualidade, a valorização e a autoaceitação. Desse modo, as pessoas em geral, incorporam os mitos de fragilidade, sentimento de piedade, improdutividade, assexualidade e os reproduzem nas suas relações familiares e interpessoais.

Nesse contexto, a pessoa com deficiência física acaba aderindo para si a falsa incapacidade de conquistar e ser conquistada, compreendendo que a falta dos movimentos vai fazer com que o/a parceiro/a não se sinta atraído/a por aquele “corpo deficiente”.

Assim, pode-se entender que os aspectos que limitam a pessoa com deficiência física de exercer sua sexualidade estão nas barreias psicológicas que derivam da deficiência física, a exemplo, a insatisfação com o “corpo imperfeito”, a insegurança e a baixa autoestima.

Segundo Maia (2006, p. 213), “uma identidade corporal adequada passa pela autoaceitação da pessoa com deficiência física de modo que, apesar da deficiência, ela não se prive de relacionamentos afetivos, sexuais, de prazer, do conhecimento, das necessidades de dar e receber amor, desejo, erotismo, etc.”.

Essas colocações revelam que apesar dos avanços da sociedade, a sexualidade e a deficiência ainda são vistas como tabus que não combinam, pois o simples fato de pensar que uma pessoa com deficiência física pode manter relações sexuais e ter um corpo bonito e desejável causa desconfiança com relação a uma possível relação amorosa entre pessoas com deficiência física e outra sem deficiência, visto que, para uma grande parcela da sociedade esta relação é fruto de pena ou interesses materiais e econômicos.

#### **2.4. A sexualidade da pessoa com deficiência física**

Por muito tempo paira a dúvida com relação aos significados atribuídos a sexualidade, que por sua vez, tem uma similaridade intrínseca com o poder-saber. Foucault (1988, p. 9), comenta que “no século XVII ainda vigorava uma certa franqueza” sobre a sexualidade se comparada ao século XIX quando foi,

[...] cuidadosamente encerrada. Mudando-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorvi-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo.

Neste contexto, podia-se falar em sexualidade, contudo, somente para proibi-la, reduzindo-a ao silêncio, fatores típicos da repressão. Criam-se então, os tabus e o tumulto entre os conceitos de sexo e sexualidade gerados pela crise de conhecimento criada pela sociedade nos séculos anteriores e que continua presente ainda nos dias atuais.

O conceito de sexualidade é reduzido então, somente ao sexo e, assim, proibido de se falar tanto no âmbito escolar quanto no familiar. Conseqüentemente, as pessoas começaram a crescer desprovidas de informação, sem saber lidar com o seu próprio corpo e sem conhecer e entender as sensações advindas da sexualidade. Para Maria (entrevistada) a sexualidade significa cumplicidade/paixão.

Percebe-se que apesar de Maria ter contato com a educação sexual tardiamente, porque começou a frequentar a escola somente aos 20 anos de idade, é notável que ela entende a sexualidade de modo coerente, visto que o conceito de sexualidade envolve paixão, cumplicidade, amor, atração, prazer, etc.

Para um maior entendimento sobre a temática, farei primeiramente uma distinção entre sexo e sexualidade, que têm sentidos diferentes, todavia, são inerentes com relação a obtenção da resposta sexual.

O sexo, está relacionado a genitália do ser humano (masculino e feminino). Sendo assim, é algo biológico, ao mesmo tempo é vinculado também ao ato sexual (práticas e atitudes de uma relação sexual entre pessoas). As Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual (PARANÁ, 2010, p. 13), conceituam o sexo biológico como um “conjunto de características fisiológicas, informações cromossômicas, órgãos genitais, potencialidade individual para o exercício de qualquer função biológica que diferencia machos e fêmeas”.

Pode-se afirmar que a sexualidade é muito mais do que um corpo desenvolvido, apto para procriar e apresentar desejos sexuais. Ela também está presente em tudo que fazemos desde que acordamos, quando nos espreguiçamos, até a um simples estalar de dedos.

Seus principais canais de expressão são: o sentimento, a mente, o corpo, a intimidade, o erotismo, entres outros. Esses aspectos estão presentes em qualquer ser humano independente de sua condição física.

A sexualidade não se confunde com um instinto, nem com um objeto (parceiro), nem com um objetivo (união dos órgãos genitais no coito). Ela é polimorfa, polivalente, ultrapassa a necessidade fisiológica e tem a ver com a simbolização do desejo. Não se reduz aos órgãos genitais (ainda que estes possam ser privilegiados na sexualidade adulta) porque qualquer região do corpo é susceptível de prazer sexual, desde que tenha sido investida de erotismo na vida de alguém, e porque a satisfação sexual pode ser alcançada sem a união genital (CHAUÍ, 1984, p. 15).

Para as Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual (PARANÁ, 2010, p. 13);

A sexualidade tem a ver tanto com o corpo, como também com os rituais, o desejo, a fantasia, as palavras, as sensações, emoções, imagens e experiências. Ela não tem ligação somente com a questão do sexo e dos atos sexuais, mas também com os prazeres e sua relação com o corpo e a cultura compreendendo o erotismo, o desejo e o afeto; até questões relativas a reprodução, saúde sexual, utilização de novas tecnologias.

Foucault em sua obra “A História da Sexualidade I” (1988), separa o sexo da sexualidade e a define como uma criação discursivo-institucional, demonstrando que o sexo era

um ponto de imposição fundamental da prática de controle populacional dos indivíduos no século XIX, e que a sexualidade era entendida como um dispositivo de controle das populações.

De tal modo, o conceito de sexualidade, tendo em vista o cuidado com uma população específica leva em consideração a medida de separação entre normalidade e anormalidade, ou seja, tudo aquilo que não corresponde a uma população forte e saudável é associado à prática de exclusão.

Esta separação entre normal e anormal enquadra a pessoa com deficiência física no padrão de anormalidade definido pela sociedade, que leva em consideração a condição física da pessoa com deficiência, a qual é entendida como fator norteador da negação da sexualidade dessas pessoas.

A chegada do bebê “diferente” ou a forma como a deficiência é percebida, afeta tanto os pais quanto a criança, porque o fato de não saber lidar com o diferente assusta e acaba causando um sentimento de impotência com relação ao futuro da criança. O modo como a família entende a deficiência influencia diretamente na formação sociocultural e na construção da sexualidade das pessoas com deficiência.

Isso ocorre como consequência da ausência de conhecimento proporcionado às pessoas de modo geral, pois para uma parcela significativa dos pais é desconfortável falar sobre sexo e sexualidade com seus filhos, o assunto parece ser mais difícil de dialogar com os filhos com deficiência física que ainda são vistos pelos pais como infantilizados e pessoas inocentes que devem ser privadas de determinados temas.

Atualmente os discursos sobre os direitos ao exercício da sexualidade da pessoa com deficiência são frequentes e amparados por lei e de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13,146, 6 de junho de 2015. Artigo 6º compreende-se que “a deficiência não afeta a capacidade civil da pessoa, inclusive para”:

- I- Casar-se e constituir união estável;
- II- Exercer direitos sexuais e reprodutivos;
- III- Exercer o direito e decidir sobre o número de filhos e ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;
- IV- Conservar sua fertilidade sendo vedada a esterilização compulsória;
- V- Exercer o direito à família e a convivência familiar e comunitária; e
- VI- Exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção.

Ainda nesse contexto, o artigo 8º “compreende que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à sexualidade, à paternidade e à maternidade [...]”.

Falar sobre a sexualidade, especialmente das pessoas com deficiência física é um desafio, visto que, ainda é muito frequente o preconceito e a discriminação direcionados pela sociedade a essas pessoas que são rotuladas injustamente como seres humanos frágeis, doentes e assexuados.

A esse respeito Suplicy (1983, p. 311) comenta que;

Em relação a sexualidade dos deficientes, o preconceito é enorme, pois lhes é vedado o direito à informação e às mesmas emoções e necessidade sexuais dos outros seres humanos. Conseqüentemente, em vez de serem protegidos e compreendidos, vivendo na mais absoluta repressão e ignorância, a situação de um grande número de deficientes é de extrema vulnerabilidade, estando sujeito à exploração e tendo muito menos condição de usufruir o sexo responsabilmente.

Nesse sentido, é comum questionar sobre a sexualidade da pessoa com deficiência, pois, para muitos ela nem existe. Esta atitude se dá por conta da estreita definição de sexualidade e sexo proporcionada às pessoas de modo geral. Além do fato de supor que por conta da condição física as pessoas com deficiência física não possuem as mesmas necessidades, desejos, erotismo, sensualidade e capacidade de reprodução que as pessoas sem deficiência apresentam.

Dentro deste contexto Pinel (1993, p. 310) alega que,

[...] um dos mitos mais comuns é pensar que as pessoas deficientes são assexuadas. Esta ideia geralmente surge a partir de uma combinação entre a limitada definição de sexualidade e a noção de que o deficiente é neutro, não tem as mesmas necessidades, desejos e capacidade do não-deficiente.

A pessoa com deficiência física, assim como, qualquer pessoa sem deficiência e ao contrário do que a sociedade pensa, sente todas as sensações ocasionadas pela sexualidade. Além de poder relacionar-se tranquilamente com outra pessoa, mesmo com a possibilidade de apresentar possíveis limitações durante a relação sexual, o que não necessariamente afeta a manifestação da sexualidade. Vale ressaltar, que o maior problema com relação ao desenvolvimento da sexualidade é de origem psicossocial.

A grande dificuldade da pessoa com deficiência física de conceber a sexualidade como sendo algo natural e intrínseco a qualquer ser humano, está ligada a discriminação que essas pessoas sofrem, e que faz com que elas não desenvolvam a autoconfiança, este fato, gera uma barreira psicossocial que as impedem de serem inseridas em um meio social que por consequência atrasa o exercício da vida sexual, tendo em vista que, as relações amorosas têm início a partir da interação social entre pessoas. A esse respeito, Maria (Entrevistada) comenta que, “suas experiências sexuais só iniciaram aos 22 anos, mas que a realização plena só veio com a maturidade” comenta ainda, que sofreu rejeição na adolescência.

Esta iniciação tardia da vida sexual da pessoa com deficiência física, é mais frequente na vida das mulheres com deficiência física, pois, na fase da adolescência os rapazes sempre escolhem para se relacionar as meninas consideradas “mais” bonitas, e segundo a mídia e a sociedade as moças com deficiência física não estão incluídas nessa realidade, outra questão a considerar, é que geralmente as adolescentes com deficiência física são vistas como amigas e não como alvo de uma possível paquera.

Essa situação provoca na adolescente com deficiência física a rejeição de si mesma, ou seja, ela acaba se fechando para relacionamentos, esse quadro só muda a partir da maturidade onde passamos a entender melhor através das vivências, que somos atraentes e capazes de manter uma relação saudável com qualquer pessoa e essencialmente, com o nosso corpo.

A colocação de Maria reforça ainda, a ideia de que é necessário, com o apoio da família e da escola, proporcionar uma educação sexual adequada para que as pessoas com deficiência física possam experimentar as sensações e prazeres sexuais advindos da sexualidade no mesmo período que qualquer outra pessoa.

Pergunto à Maria, se ela namora ou já namorou e como a sua família encara o assunto. Ela responde que tem um “nAMORado” e que “hoje, somente hoje!” Sua família encara a questão com naturalidade. A partir do ponto de vista de Maria, entendo que é relevante comentar que essa questão de aceitar e entender que a pessoa com deficiência física tem necessidades sexuais e liberdade para namorar, casar e ter filhos varia do contexto socioeconômico em que a pessoa com deficiência está inserida, pois, cada uma delas faz parte de realidades econômicas e sociais diferentes.

Eu, enquanto pesquisadora e na condição de pessoa com deficiência física ao refletir sobre a temática abordada posso comentar com propriedade que minha família nunca me privou de viver minha sexualidade, sempre tive liberdade para namorar e inclusive realizei o sonho de ser mãe solo aos 26 anos como eu havia planejado.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o apoio da família com relação ao exercício da sexualidade da pessoa com deficiência é de fundamental importância para que nós enquanto pessoa com deficiência física possamos nos valorizar e nos tornar pessoas seguras e com autoestima.

### **3. A RELEVÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA: UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA**

Nesta seção será feita uma contextualização da educação sexual, a relação entre educação sexual e deficiência, será discutido a relevância de se trabalhar além, da educação sexual uma educação para a sexualidade. Visto que, esta última por se tratar de uma abordagem transversal possui um enfoque mais amplo e de suma importância para a formação global do indivíduo.

#### **3.1. Contextualização da educação sexual**

A discussão sobre a inclusão da temática educação sexual nas escolas teve maior ênfase a partir da década de 70 com o incentivo de movimentos sociais, afirma os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). No entanto, Altmann (2001) esclarece que a educação sexual não surge na escola a partir dos PCNs. Todavia, é necessário ressaltar que dentro do contexto histórico e demandas atuais este tema é reinscrito na escola como orientação sexual, que dentro desse contexto, deveria trabalhar a temática da sexualidade de modo mais flexível.

De acordo com os PCNs, a proposta para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas, questão ampla e polêmica, marcada pela história, pela cultura e pela evolução social.

A sexualidade, assim como a inteligência, será construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura. Os adultos reagem de uma forma ou de outra, aos primeiros movimentos exploratórios que a criança faz em seu corpo e aos jogos sexuais com outras crianças. As crianças recebem então, desde muito cedo, uma qualificação ou 'juízo' do mundo adulto em que estão imersas, permeado de valores e crenças que são atribuídos à sua busca de prazer, o que comporá a sua vida psíquica.

A educação sexual é entendida como aquela que abrange valores, regras e crenças relacionadas ao sexo e a sexualidade, essa educação é recebida desde o nascimento da pessoa, inicialmente pela família, visto que, é no ambiente familiar que se traduzem comunicados e valores sociais que poderão influenciar na construção do autoconceito da criança com deficiência e de suas convicções e atitudes a respeito de si mesma e, posteriormente, através

das relações sociais entre os indivíduos que trocam informações referentes à sexualidade de acordo com o contexto cultural em que estão inseridos.

Para Werebe (1998, p. 139);

A educação sexual compreende todas as ações, deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo, desde o seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões, valores ligados à sexualidade. A educação sexual, num sentido amplo, processo global, não intencional, sempre existiu, em todas as civilizações, no decurso da história da humanidade, de maneira consciente ou não, com objetivos claros ou não, assumindo características variadas, segundo a época e a cultura.

Em virtude do crescimento da gravidez indesejada entre adolescentes, e do risco de contaminação pelo vírus HIV, torna-se necessário, do ponto de vista médico, trabalhar questões relacionadas à sexualidade nas escolas, por entender que os conhecimentos adequados atrelados ao trabalho de autoconhecimento e de reflexão sobre a sexualidade ampliam de maneira significativa a consciência, os cuidados necessários e a prevenção desses problemas, visando o bem-estar das crianças e adolescentes com a matriz da sexualidade que é o corpo.

A escola sendo um lugar onde se discute conhecimento, produzindo diálogo e reflexão, torna-se, portanto, um espaço privilegiado para discutir a sexualidade com crianças e adolescentes (EGYPTO, 2003, p. 16). O tema sexualidade por sua vez, deve ser abordado em conjunto com a família que tem a função de viabilizar previamente o conhecimento acerca da sexualidade através de informações adequadas e coerentes permeadas pelo diálogo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, p. 466 - 467) aprovada em dezembro de 2017, define que a escola deve ser um lugar que acolhe e permite os estudantes,

[...] conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e respeitando os demais; [...] combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença.

Porém, essa discussão acaba tornando-se um processo sistematizado e ineficiente elaborado e realizado com grandes restrições, inclusive pela própria BNCC que não contempla explicitamente os termos educação sexual e gênero, o que nos leva a entender que a educação sexual não deve ser abordada na escola.

Vale ressaltar, que a falta de informação de professores e pais com limitado conhecimento sobre sexualidade, os leva a tratar de sexualidade unicamente a partir de perspectivas biologizantes e pouca oportunidade de reflexão e crítica social sobre a concepção

de corpo e de sexualidade, o que contribui significativamente para uma educação sexual insipiente.

De tal modo, é considerável a necessidade de proporcionar aos professores formação continuada apropriada que visem uma educação emancipatória e transversal voltada para a formação de cidadãos e para a transformação social do aluno.

Podemos perceber que apesar da discriminação e do preconceito direcionados às pessoas com deficiência, ainda permanecerem muito presente em nossa sociedade, observamos um avanço significativo com relação às políticas públicas e sociais que promovem o respeito à pessoa com deficiência.

Porém, é notório que ainda há um caminho longo a percorrer para garantir todos os direitos previstos em lei para que a pessoa com deficiência se sinta realmente parte da sociedade, uma vez que, na tentativa de ser incluída na sociedade como qualquer cidadão comum, a pessoa com deficiência ainda se depara com inúmeras dúvidas por parte das pessoas sem deficiência, especialmente, quando se trata da sexualidade das pessoas com deficiência, que por conta do pouco conhecimento sobre sua história, ainda são consideradas como pessoas doentes e frágeis.

### **3.2. Educação sexual e deficiência física**

Com relação às pessoas com deficiência percebe-se que eventualmente, assuntos relacionados à sexualidade não são tratados em casa nem nas escolas, por conta de que os pais e professores ainda infantilizam as crianças e adolescentes com deficiência. Esta condição, faz com que esses alunos tomem conhecimento da sexualidade de forma irresponsável e abreviada.

Isso se dá, por conta da inversão de concepções em relação ao sexo e a sexualidade, pois, os professores e a família da pessoa com deficiência física ainda confundem bastante os conceitos relacionados à educação sexual e conseqüentemente ignoram a sexualidade de seus alunos e filhos com deficiência, não proporcionando a eles qualquer tipo de orientação sexual a respeito dessa questão.

Nesse sentido, Maia (2006, p. 232 - 265) explana que,

Quando se buscam profissionais ou mesmo familiares que se disponham a oferecer programas de orientação sexual para a população deficiente, é bastante comum o argumento de que não se está preparado e de que os deficientes não precisam dessa orientação, o que justificaria a escassez desse tipo de iniciativa. [...] Muitos professores, pais e cuidadores apresentam dificuldades pessoais em discutir a sexualidade. [...] A consequência disso é que, em geral, os profissionais não

oferecem esse tipo de esclarecimento às pessoas deficientes físicas e, quando o fazem, essas informações não são pertinentes às especificidades de sua deficiência e sim baseadas em um conceito de corpo “normal”, “idealizado”, o que acaba distanciando ainda mais a probabilidade de eles entenderem – e aceitarem – a sua sexualidade como um direito e uma possibilidade de manifestação saudável e prazerosa.

Por entender que a falta de informação e reflexão sobre o tema sexualidade, gera inúmeras dúvidas, além do preconceito e da discriminação com relação a sexualidade da pessoa com deficiência física, é que ultimamente alguns familiares e professores vem trabalhando em torno da temática proposta, a fim de refletir sobre a sexualidade ao longo do desenvolvimento da pessoa com deficiência física e a partir dessa reflexão, procurar estratégias e possíveis ações educativas de orientação sexual adequadas, tanto para o aluno com deficiência física, quanto para os sem deficiência que convivem com alunos com deficiência.

Nos últimos anos, a sociedade tem enfatizado que a orientação sexual para a pessoa com deficiência é necessária para ajudá-la a entender a sua sexualidade e a usufruir dela, desenvolvendo adequadamente suas interações e relações pessoais. Atualmente, pais e professores têm se preocupado com essa questão, mas ainda mostram dificuldades em aceitar ou mesmo em tolerar a expressão sexual da pessoa com deficiência (MAIA, 2006, p. 229).

Apesar da questão de a sexualidade da pessoa com deficiência ter ganhado espaço em pesquisas científicas, ainda é muito frequente a ideia equivocada de que a sexualidade da pessoa com deficiência é problemática e difícil de discutir.

Uma das maiores dificuldades de aceitar, entender e trabalhar a sexualidade da pessoa com deficiência é o fato de que as pessoas se atentam somente para o sexo em si e esquecem que a sexualidade tem um conceito muito mais amplo sendo inerente ao ato sexual.

Desse modo, devido a pessoa com deficiência física, fugir ao padrão de normalidade e de perfeição impostos pela própria sociedade é que são atribuídos a elas tabus, crenças, mitos e falsas concepções com relação a proibição da procriação e do prazer no ato sexual. Não se leva em consideração a capacidade que a pessoa com deficiência física tem, de amar e ser amada, de sentir prazer e de proporcionar prazer ao outro, não se acredita no erotismo que a pessoa com deficiência física possui, que inclusive é intrínseco ao ser humano e mantido sob qualquer que seja as condições de limitação existente.

Segundo Maia (2006, p. 34),

Muitas pessoas, com diferentes deficiências ou não-deficientes, crescem desprovidas de informações sobre sexo, mergulhadas em um processo de educação sexual

deficitário e inadequado e carentes de experiências erótico-afetivas na infância e na adolescência.

Por desinformação os pais e professores ainda possuem uma noção de deficiência impregnada pela concepção de que a pessoa com deficiência física é assexuada. Sendo assim, não levam em consideração que o aluno com deficiência física possui sim, sensibilidade, desejos e capacidades sexuais, correspondentes aos das pessoas sem deficiência.

Dessa forma, é evidente que a sociedade ainda acredita no mito de que a sexualidade da pessoa com deficiência física é problemática e difícil de trabalhar tanto no âmbito familiar quanto dentro da escola, que por sua vez é um ambiente privilegiado para se tratar essas questões, pois, dificilmente se acredita que o aluno com deficiência física possa sentir prazer ou relacionar-se amorosa e sexualmente, casar e formar uma família com alguém.

Vale ressaltar, que a sexualidade faz parte da vida de todo o ser humano com deficiência ou não. Ela não está relacionada ao ato sexual em si, pois, o sexo é apenas um componente biológico, ela vai além dessa questão. A sexualidade está relacionada a afetividade, envolve o corpo, o autocuidado, a autoestima e o conhecimento de si mesmo. Já o ato sexual é uma expressão da sexualidade que faz parte de um conjunto muito mais amplo.

Na fase da adolescência os jovens, independentemente de serem pessoas com deficiência ou não anseiam por iniciar sua vida sexual. No entanto, os anseios e direitos do adolescente com deficiência física são desrespeitados quando os pais e professores não conseguem abandonar a proteção e infantilização extrema atrelada ao jovem com deficiência. Essa condição acarreta no favorecimento da acomodação e ao bloqueio social que atrasa o crescimento e o amadurecimento da pessoa com deficiência para a entrada na vida adulta.

Outra questão relevante, é o limitado conhecimento sobre sexo proporcionado à pessoa com deficiência, o que ocasiona uma educação sexual imprópria e carente de conhecimento erótico-afetivo que a pessoa com deficiência recebe e que conseqüentemente a faz mergulhar no isolamento e na segregação, gerando insegurança e uma limitada possibilidade de crescimento pessoal.

Para as Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual (PARANÁ, 2010, p. 13) “A sexualidade é aprendida, ou melhor, é construída ao longo de toda a vida, de muitos e diferentes modos, por todos os sujeitos por isso é entendida como um conceito dinâmico que se modifica conforme as posições do sujeito e suas disputas políticas”.

Historicamente a sexualidade da pessoa com deficiência é tomada pela sociedade como uma questão complexa, os pais e professores ainda as tratam como uma criança e de maneira diferente das demais pessoas, não lhes oferecem as mesmas informações que são dadas às

peças sem deficiência, talvez por essa crença comum e pela falta de informação, que tanto a pessoa com deficiência quanto a sem deficiência não entendam uma série de desejos, pensamentos e sensações que ocorrem no corpo e na mente da pessoa com deficiência, e conseqüentemente, jamais aprenderão a lidar com o diferente que é o que representa e chama atenção em uma pessoa com deficiência física. Como afirma Maia (2006, p. 34);

Na maioria das vezes, a complexidade da sexualidade enfrentada pelas pessoas com deficiência decorre do conjunto de diferentes atitudes sociais: preconceito, desinformação, discriminação, inabilidade, falta de orientação sexual adequada, processo deficitário ou inadequado de educação familiar, descrédito na capacidade do deficiente de expressar sentimentos e desejos sexuais, valores e concepções distorcidas etc.

Na escola o convívio com outras crianças sem deficiência contribui de forma significativa para que a criança com deficiência física aprenda a se aceitar, a se valorizar e a se respeitar em relação a sua condição física. Com a inclusão da criança com deficiência física na escola regular as crianças sem deficiência também são beneficiadas, de forma que, elas aprenderão a lidar e aceitar as diferenças aumentando assim, a chance de serem cidadãos menos preconceituosos e mais solidários.

A esse respeito, Paula, Regen e Lopez (2011, p. 60) recomendam que:

[...] o processo de ensino-aprendizagem seja realizado de forma inclusiva, nas mesmas escolas que atendem todos os cidadãos. Esta convivência reveste-se de extrema importância como primeira oportunidade socializante. É na escola que a criança com deficiência aprenderá a lidar com suas limitações de forma natural e sadia.

Além disso, é importante que toda a comunidade escolar, incluindo professores, alunos e demais funcionários sejam devidamente capacitados para aceitar e manter todo e qualquer aluno independente de raça, etnia, gênero, situação socioeconômica e deficiência.

### **3.3. A necessidade de uma educação para a sexualidade**

A educação para a sexualidade vai além da orientação sexual que é no sentido de prevenção de uma eventual gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, cuidados com o corpo, identificação de possíveis abusos sexuais, entre outros. A educação para a sexualidade envolve todo esse contexto. Todavia, vem acompanhada de reflexões sobre sentimentos, sensações, autoaceitação, autoconfiança, valorização do corpo, entres outros, que

são expressões da sexualidade e devem ser abordadas de modo emancipatório (histórico, cultural, social e político).

Falar sobre sexualidade com os filhos, para uma parcela significativa dos pais é desconfortável, esse desconforto é ainda maior quando se trata de pais de pessoas com deficiência. Visto que, a ideia de assexualidade atrelada à pessoa com deficiência ainda está muito presente no ambiente familiar.

Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que atualmente a maior dificuldade das famílias e dos professores em dialogar com os filhos e alunos temas alusivos à sexualidade, está ligada ao fato da sociedade associá-la à obscenidade, a algo sujo, pecaminoso e proibido (MOIZÉS; BUENO, 2010). A partir dessa visão fragmentada os pais acabam privando seus filhos da educação sexual por entenderem a sexualidade como algo negativo que a partir do diálogo antecipa a prática sexual dos alunos. Essa resistência acontece também porque os pais ainda se sentem tímidos e despreparados para tratar de questões decorrentes da sexualidade, até porque nem a eles foi disponibilizada uma educação sexual adequada.

Com relação às pessoas com deficiência física é importante salientar que há uma clara intenção dos pais de afastar e reprimir qualquer manifestação da sexualidade em seus filhos que ainda são infantilizados. Portanto, devem ser privados de assuntos do mundo adulto que está imerso e permeado de valores e crenças que são atribuídos à sua busca de prazer (BRASIL, 1997).

A esse respeito, Maia, (2006, p. 230) comenta que,

Supor que os adolescentes com deficiências devem ser privados de uma orientação sexual sistemática para não despertar neles o interesse pelo sexo é uma crença sem fundamento, pois qualquer jovem ou criança hoje recebe constantemente informações sobre sexo, através de colegas, conversas, meios de comunicação, principalmente pela televisão.

Nesse sentido, os familiares acabam jogando a responsabilidade de orientar sexualmente os filhos para a escola que as vezes não conta com professores preparados para tratar de uma questão tão polêmica que é a sexualidade.

A adolescência é um período de suma importância para os jovens de modo geral, pois é nessa fase da vida que o corpo e a condição emocional passam por várias modificações referentes à puberdade, esse momento de transformação é ideal para se discutir velhos e novos tabus, crenças e mitos relacionados à sexualidade e ao corpo. Visto que, essa transição da adolescência para a vida adulta vem acompanhada de muitas dúvidas que geralmente não são esclarecidas por conta da dificuldade dos pais de conversar com os filhos sobre as questões relativas à sexualidade.

Cabe à escola que é o espaço de reflexão, aproveitar de modo consciente, as eventuais conversas entre os alunos sobre sexualidade, afim, de esclarecer e desconstruir mitos, tabus e crenças que na maioria das vezes os adolescentes trazem do cotidiano familiar.

Todavia, em uma análise pós-crítica a sexualidade deixa de ser entendida como algo meramente natural passando a ser compreendida como uma construção histórica e social. Desse modo, de acordo com cada cultura a pessoa com deficiência física estabelece determinadas concepções sobre a representação do corpo que provocam a negação da sexualidade dessas pessoas por elas mesmas, pela família e pela sociedade. Maia (2011, p. 31) argumenta que os componentes da sexualidade humana, se a considerarmos no seu sentido amplo, engloba o genital, o emocional e o psicossocial, se constituem mediados pelas experiências interpessoais ao longo do nosso desenvolvimento.

Desse ponto de vista, seria viável proporcionar à pessoa com deficiência física, além da educação sexual, uma educação para a sexualidade de acordo com os temas de interesses e dúvidas mais frequentes, para que a pessoa com deficiência física possa entender e refletir sobre dimensões humanas, prazerosas, educativas e preventivas, e assim, assimilar de forma ampla e eficaz as informações e os conhecimentos adquiridos.

Atualmente a educação para a sexualidade nas escolas é considerada um processo educacional que problematiza temas relacionados à sexualidade de modo mais amplo envolvendo questões sociais, culturais e históricas.

No contexto escolar essas abordagens são muito frequentes,

[...] por se tratar de um processo de intervenção pedagógica, que deve estar continuamente presente no ambiente escolar, tendo como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, à saúde sexual e reprodutiva, aos direitos sexuais, às relações de gênero, à diversidade sexual, ao desejo afetivo-sexual, entre outras questões que se façam necessárias (ZANATTA, et al, 2016, p. 445).

Por envolver várias áreas, sendo assim, considerada uma educação transversal, a educação para a sexualidade conduz os jovens a discutir sentimentos e valores éticos referentes às relações interpessoais e conexas ao gênero. Além de desenvolver a autoestima, a personalidade, o autocuidado, a tomada de decisão, designa ainda, o crescimento e o comportamento humano ao longo da vida. A educação para a sexualidade tem a função de levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho (BRASIL, 1997, p. 83).

Desse modo, inserir a educação para a sexualidade na escola é de fundamental importância para sanar os problemas relacionados à falta de informação sobre a sexualidade e

a partir de diálogos e reflexões críticas desmistificar tabus associados à sexualidade da pessoa com deficiência física de maneira responsável, possibilitando aos alunos o conhecimento e o cuidado com o seu próprio corpo, entender os reflexos de sua sexualidade e respeitar a sexualidade do outro reverenciando as diferenças.

Entender a sexualidade humana, especificamente, das pessoas com deficiência física, é fundamental nos dias atuais. No entanto, esta é uma tarefa desafiadora para grande parte dos professores que ainda não sabem lidar com a sexualidade da pessoa com deficiência. O professor, enquanto figura central neste processo de ensino-aprendizagem deve deixar para trás conceitos e mitos preconceituosos que envolvem a sexualidade e as deficiências para que este tema seja tratado com respeito e liberdade também na escola (SILVA; MAIO, 2014, p. 2).

Vale ressaltar que a parceria entre família e escola é fundamental para que essa educação alcance resultados positivos que venham contribuir na formação pessoal e social dos alunos para que eles tenham uma vida adulta saudável e sejam bem resolvidos sexualmente.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade especificamente da pessoa com deficiência física é um tema pouco abordado nas escolares brasileiras, por conta da fragmentada definição de que sexualidade e deficiência não combinavam. As lutas de movimentos sociais e também das próprias pessoas com deficiência para garantir direitos e principalmente respeito, gerou interesse de pesquisadores e de alguns familiares e professores no sentido de entender a sexualidade das pessoas com deficiência, para então desconstruir crenças mitos e falsos tabus atrelados à sexualidade.

É evidente que a sexualidade é importante para a obtenção do prazer e se vivida corretamente favorece bastante o crescimento sexual das pessoas de modo geral, e contribui de forma positiva para que a pessoa com deficiência física tenha uma vida saudável, uma boa autoestima, se aceite e se valorize como alguém que possui os mesmos direitos de ter uma vida sexual ativa sem qualquer impedimento como qualquer outra pessoa sem deficiência.

É importante ressaltar, que apesar das inúmeras necessidades de auxílio que em alguns momentos são indispensáveis se tratando das limitações físicas, a pessoa com deficiência física possui necessidades sexuais, expectativas e desejos pessoais que não merecem ser deixados de lado pelo simples fato de não ser proporcionada uma educação para a sexualidade adequada para as pessoas de modo geral.

É necessário que os pais, os educadores e a própria pessoa com deficiência física tenham uma ampla noção de sexualidade para então, abandonar o preconceito e a discriminação direcionados às pessoas com deficiência, pois, os impulsos sexuais de prazer, desejo e erotismo, decorrente da sexualidade merecem ser conhecidos e preservados, independentes das limitações existentes com relação ao corpo material.

No cotidiano surgem várias dúvidas com relação a vida sexual da pessoa com deficiência física, que perpassa por questões relacionadas à maternidade no caso das mulheres e a ereção no caso dos homens. Pode-se perceber que novamente a sexualidade é associada de forma incoerente apenas à reprodução e à genitália.

Nesse sentido, seria viável proporcionar na escola em conjunto com a família a educação para a sexualidade, a fim de abrir caminhos para proporcionar o leque de conhecimentos que esta educação visa promover ao indivíduo.

Por ser um tema abrangente a educação para a sexualidade acompanha os diferentes contextos históricos que remeterá a pessoa com deficiência física a buscar diferentes perspectivas para auxiliar na construção de concepções do tema sexualidade.

Desse ponto de vista, inserir a educação para a sexualidade é importante para modificar conceitos, desconstruir tabus e crenças de maneira responsável e possibilitar conhecimentos do próprio corpo, não só como um simples corpo e sim com as várias significações que ele carrega. Além disso, com a inserção da educação para a sexualidade nas escolas a pessoa com deficiência poderá ter a oportunidade de conhecer, interpretar e gozar de sua sexualidade, além de aprender a respeitar a sexualidade do outro respeitando as diferenças.

Assim, a educação para a sexualidade tem como objetivo o reconhecimento da sexualidade como um componente necessário e positivo para a realização pessoal e para a valorização de suas diferentes expressões ao longo da vida, promovendo o respeito pelo outro, a igualdade de direitos e deveres, o respeito à diferença, a necessidade de comunicação e troca de conhecimentos e o direito a exercer com responsabilidade a sua sexualidade, a maternidade ou paternidade livre de preconceitos.

Seria interessante também, disponibilizar uma formação dentro do campo da educação especial, especificamente, na área da pedagogia, sobre a educação para sexualidade aos professores, visto que, os mesmos ainda sentem dificuldades de tratar da sexualidade com/das pessoas com deficiência.

E mais uma vez a família, a escola e a comunidade devem proporcionar de maneira multidisciplinar e transparente uma educação para saúde e para a sexualidade a todas as crianças e jovens independente da condição social, econômica e física.

Os pais por sua vez, têm um papel de suma importância no sentido de oferecer às suas crianças e jovens com deficiência bons exemplos e ensinamentos para que os conhecimentos desenvolvam neles o sentimento positivo sobre o sexo, a autoconfiança, a autoestima, e principalmente, o sentimento de que sendo pessoas com deficiência ou não, são pessoas normais e dotadas de sexualidade desde o seu nascimento.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**, 2/2001, p 575 - 585. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf>. Acesso em: 14/06/2019.

ARANHA, Maria Salete F. **Trabalho e emprego: A deficiência através da história: Concepções e Paradigmas**. Brasília, 2003.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 04/07/2019.

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 45 ed. Atual. E ampl. São Paulo. Saraiva, 2011.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 07/06/ 2019.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Orientação Sexual**. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CERTEZA, Leandra Migotto. A sexualidade da pessoa com deficiência. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência SEDPCD/Diversitas/USP Legal**, São Paulo, junho/2013.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Repressão Sexual**: essa nossa (des)conhecida. Editora Brasiliense. São Paulo, 1984.

EGYPTO, Antônio Carlos (Org.). **Orientação sexual na escola**: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, v.1, 2009.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003; p.28-40.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Inclusão e sexualidade**: Na voz de pessoas com deficiência física. Curitiba: Juruá, 2011.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.7, n.1, 2001.

MOIZÉS, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Revista Escola em Enfermagem**, v. 44, n. 1, p. 205- 212, 2009.

ONU. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU em 09/12/1975. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf). Acesso em 12/03/2019.

PALIARIN, Franciely. Sexualidade e deficiências: dando vozes aos adolescentes por meio de oficinas pedagógicas. 2015. 117f. **Dissertação**. (Mestrado Profissional em Educação Sexual), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araquara, 2015.

PINEL, A. C. A restauração da Vênus de Milo: dos mitos à realidade sexual da pessoa deficiente. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). **Educação sexual: novas ideias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p. 307-325.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da educação. Departamento de Diversidade. **Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Sexualidade: Cadernos temáticos da diversidade**. Curitiba, 2010.

PAULA, Ana Rita de. Corpo e Deficiência: espaços do desejo: reflexões sob(re) a perspectiva feminina. **Tese**, Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 1993.

PAULA, Ana Rita de; REGEN, Mina; LOPES, Penha. **Sexualidade e Deficiência: rompendo o silêncio**. São Paulo, Expressão e Arte Editora, 2011.

SILVA, Marta Brito da; MAIO, Eliane Rose. Sexualidade e Inclusão: discussões pedagógicas. In: **Cadernos PDE: Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**. Paraná, 2014. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uem\\_edespecial\\_artigo\\_marta\\_brito\\_da\\_silva.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_edespecial_artigo_marta_brito_da_silva.pdf). Acesso em: 17/06/2019.

SILVA, Otto Marques. **A Epopeia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo. CEDAS, 1987.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre Sexo**. Rio de Janeiro, Edição Autora, 1983.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

ZANATTA, Luiz Fabiano *et al.* A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as). **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 443-458, abr./jun. 2016.

**APÊNDICE 1 - Questionário**

Nome:

Formação acadêmica:

Idade:

Tipo de deficiência:

Há quanto tempo adquiriu a deficiência:

Com quem mora:

Histórico:

\*Conte um pouco sobre sua família.

Como seus pais e irmãos lidam com a sua deficiência?

Como você lida com a sua deficiência?

\*Fale sobre sua vida escolar.

Como os professores (as) lidavam com a sua deficiência?

\*Fale de suas experiências sexuais.

Você namora ou já namorou?

Como sua família encara este assunto?

Pretende ou já constituiu família?

O que você entende por sexualidade?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS**  
**FACULDADE DE PEDAGOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Ilustríssimos Sr<sup>a</sup>. \_\_\_\_\_

Pesquisas sobre **Pessoas com deficiência e sexualidade** têm sido desenvolvidas na Universidade Federal do Pará, sob Orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vilma Nonato de Brício, visando fornecer aos futuros educadores/as maneiras de propiciar a discussão da temática no ambiente escolar. A pesquisa pretende analisar como as pessoas com deficiência compreendem a sexualidade e de que modo a escolarização interferiu em sua formação.

A pesquisa se realizará com a aplicação de **Entrevistas estruturadas** gravadas e não irá intervir no andamento das atividades acadêmicas.

Esclarecemos, ainda, que os dados e resultados da pesquisa serão confidenciais, mantidos com a pesquisadora e as identidades dos sujeitos entrevistados/as não serão reveladas na divulgação do trabalho em reuniões científicas, publicações e nas aulas de disciplinas. Será utilizado um nome fictício para a identificação de cada participante da pesquisa, mantidas as condições de sigilo.

Estamos convidando Vossa senhoria para participar da presente pesquisa. Você tem todo o direito de não autorizar e, em qualquer momento da pesquisa, interromper sua participação sem qualquer problema ou retaliação ou represália, devendo somente avisar o pesquisador da sua desistência.

**Nome da aluna:**

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Fone:** \_\_\_\_\_

---

**Pesquisadora responsável**

**Orientadora:** Vilma Nonato de Brício

**Endereço:** Alcindo Cacela; 4043

**Fone:** (91) 98364-3677

---

### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, e que me sinto perfeitamente esclarecido(a) sobre o conteúdo da mesma. Declaro ainda que, por minha livre vontade, participarei na presente pesquisa.

Abaetetuba, 20 de abr de 2018.

---

**Entrevistado**